



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 9133/2017

PROCESSO MPF Nº 0006/2015 (DPF-CRA)

ORIGEM: PRM- CORUMBÁ/MS

PROCURADORA OFICIANTE: MARIA OLÍVIA PESSONI JUNQUEIRA

RELATOR: FRANKLIN RODRIGUES DA COSTA

INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL PRÁTICA DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO IDEOLOGICAMENTE FALSO (CP, ART. 304 C/C ART. 299). APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FALSO PERANTE AGENTES FEDERAIS. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32 DA 2ª CCR). NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a possível prática do crime de uso de documento falso (CP, art. 304 c/c art. 299), uma vez que o investigado, cidadão boliviano, apresentou Termo de Nascimento inautêntico no setor de imigração da Delegacia Federal de Ponta Porã/MS com o intuito de receber uma permissão para viajar para o Paraguai. Mediante a apresentação do documento falso, os agentes verificaram que contra o indiciado havia um mandado de prisão em aberto em decorrência de Ação Penal que tramita na 1ª Vara Federal da 4ª Subseção Judiciária de Corumbá/MS, na qual se julga a existência de uma associação criminosa voltada para a falsificação de documentos.

2. A il. Procuradora da República oficiante, com base em novos elementos apresentados, promoveu o declínio de atribuições à Justiça Estadual, por entender que o investigado não apenas usou o documento falso perante funcionário público federal, mas também concorreu para a própria elaboração do documento que se mostrou ideologicamente falsificado, sendo o Termo de Nascimento utilizado perante a POLINTER elaborado a partir de declarações falsas prestadas pelo indiciado ao Cartório de Registro Civil de Corumbá/MS.

3. Nos autos da Ação Penal já em curso em desfavor do acusado, este foi denunciado como incurso no delito do art. 299 do CP, por ter inserido declaração falsa com o fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes em documento público consistente em Termo de Nascimento, emitido pelo Cartório de Registro Civil de Corumbá, em procedimento de registro de nascimento tardio. Não houve denúncia pela falsificação de RG, CPF e título de eleitor.

4. O que se apura nos presentes autos é a prática do crime de uso perante Setor de Imigração da Polícia Federal, mediante a apresentação de documento ideologicamente falso a agentes da Polícia Federal e da POLINTER em Ponta Porã.

5. Conforme jurisprudência do STJ, *“O uso de documento público falso pelo próprio autor da falsificação configura crime único, qual seja, o delito descrito no art. 297 do Código Penal (falsificação de documento público), porquanto o posterior uso do falso documento configura mero exaurimento do crime de falsum”* (STJ, HC 226.128/TO, Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 20/04/2016).

6. Aplicação da Súmula 546 do STJ: *“A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor”*.

7. No presente caso, ainda que tenha restado demonstrado que o investigado tenha efetuado a falsificação do documento, tal circunstância não altera a competência, uma vez que munido de uma série de documentos falsos o agente continuou utilizando os mesmos perante diversos órgãos e, neste caso, perante órgão federal.

8. Ainda que se interprete a situação como sendo a hipótese em que o agente irá responder apenas pelo delito de falsificação, restando o uso absorvido, tal circunstância será dirimida no decorrer da instrução e fundamentada pelo órgão julgado, em nada alterando o fato de que o documento ideologicamente falso foi apresentado perante órgão federal, local em que foram verificadas as irregularidades e firmada a competência.

9. Não homologação do declínio de atribuições para o Ministério Público Estadual.

10. Designação de membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Inquérito policial instaurado para apurar a possível prática do crime de uso de documento falso (CP, art. 304 c/c art. 299), uma vez que o investigado CIRO ERNESTO ALPIRE SANCHEZ, cidadão boliviano, apresentou Termo de Nascimento inautêntico no setor de imigração da Delegacia Federal de Ponta Porã/MS com o intuito de receber uma permissão para viajar para o Paraguai.

Mediante a apresentação do documento falso, os agentes verificaram que contra o indiciado havia um mandado de prisão em aberto em decorrência de Ação Penal que tramita na 1ª Vara Federal da 4ª Subseção Judiciária de Corumbá/MS, na qual se julga a existência de uma associação criminosa voltada para a falsificação de documentos.

A il. Procuradora da República oficiante, com base em novos elementos apresentados, promoveu o declínio de atribuições à Justiça Estadual, por entender que o investigado não apenas usou o documento falso perante funcionário público federal, mas também concorreu para a própria elaboração do documento que se mostrou ideologicamente falsificado, sendo o Termo de Nascimento utilizado perante a POLINTER elaborado a partir de declarações falsas prestadas pelo indiciado ao Cartório de Registro Civil de Corumbá/MS (fls.155/159).

É o relatório.

Nos autos da Ação Penal n. 0000636-54.2012.4.03.6004, já em curso em desfavor do acusado, este foi denunciado como incurso no delito do art. 299 do CP, por ter inserido declaração falsa com o fim de alterar a verdade sobre fatos juridicamente relevantes em documento público consistente em Termo de Nascimento, emitido pelo Cartório de Registro Civil de Corumbá, em procedimento de registro de nascimento tardio. Não houve denúncia pela falsificação de RG, CPF e título de eleitor.

O que se apura nos presentes autos é a prática do crime de uso perante Setor de Imigração da Polícia Federal, mediante a apresentação de documento ideologicamente falso a agentes da Polícia Federal e da POLINTER em Ponta Porã.

Em relação à absorção do crime de uso, a jurisprudência é no sentido de que *“O uso de documento público falso pelo próprio autor da falsificação configura crime único, qual seja, o delito descrito no art. 297 do Código Penal (falsificação de documento público), porquanto o posterior uso do falso documento configura mero exaurimento do crime de falsum. Vale dizer, o uso de documento falsificado, pelo próprio falsário, caracteriza post factum impunível, de modo que deve o agente responder apenas por um delito: ou pelo de falsificação de documento público (art. 297) ou pelo de falsificação de documento particular (art. 298)”* (STJ, HC 226.128/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 20/04/2016).

Quanto à competência, o documento ideologicamente falso foi apresentado a agentes federais, sendo forçosa a presença do interesse federal no feito. Nesse sentido, inclusive, é o entendimento sedimentado na Súmula 546 do STJ: *“A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor”*.

No presente caso, ainda que tenha restado demonstrado que o investigado tenha efetuado a falsificação do documento, tal circunstância não altera a competência, uma vez que munido de uma série de documentos falsos o

agente continuou utilizando os mesmos perante diversos órgãos e, neste caso, perante órgão federal.

Ainda que se interprete a situação como sendo a hipótese em que o agente irá responder apenas pelo delito de falsificação, restando o uso absorvido, tal circunstância será dirimida no decorrer da instrução e fundamentada pelo órgão julgado, em nada alterando o fato de que o documento ideologicamente falso foi apresentado perante órgão federal, local em que foram verificadas as irregularidades e firmada a competência.

Dessa forma, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal no âmbito da Justiça Federal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul, para cumprimento, cientificando-se o il. Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 22 de novembro de 2017.

Franklin Rodrigues da Costa
Subprocurador-Geral da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

/SBD